

# **Brasil e Argentina: Racionalizando Tensões e Paz (1870-1991)**

**Flávio Augusto Rios Abreu**  
**EPGE/FGV-RJ**

[frabreu@fgvmail.br](mailto:frabreu@fgvmail.br)

**30 de junho de 2008**

## **Resumo**

De todos os países da América do Sul, o Brasil é um dos únicos que não participou de conflitos regionais no século passado. Este artigo pretende analisar esse fenômeno a partir da relação entre dois potenciais adversários continentais (Brasil e Argentina) que não se valeram da guerra para comunicar suas preferências até finalmente firmarem o Tratado de Asunción que criou o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Destacando momentos de tensão desta relação, onde a força relativa ora pendia para Argentina e ora pendia para o Brasil, pode-se argumentar que a capacidade decisória destes países era tolhida pela dependência no comércio marítimo como principal fonte de recursos do estado.

Em um momento posterior analisa-se como um aumento súbito no valor esperado de itens em contenda pode desencadear um equilíbrio “trágico”, onde a guerra pode ocorrer, ainda que seja indesejável para ambos os partícipes. O caso de Itaipu é descrito como exemplo mais evidente desse risco e a sua comparação com a Guerra do Chaco traz um alerta para desafios futuros que o país pode enfrentar nas próximas décadas.

---

## **1. Introdução**

Ao lado da linguagem escrita e do comércio, guerras aparecem como manifestações universais da vida em sociedade. Trata-se de um elemento inextricável da paisagem humana, a ponto de ser difícil determinar até mesmo períodos breves em que o mundo se viu livre de conflitos armados. O pensador militar alemão Carl von Clausewitz em sua frase mais célebre afirma a “naturalidade” de enfrentamentos bélicos ao apresentar a guerra como “uma continuação da política por outros meios”. Apesar de

questionamentos quanto ao seu caráter destrutivo, a agressão militar integrada, a qualquer instante, o conjunto de escolhas disponíveis a governantes mundo afora.

As relações internacionais brasileiras destoam do padrão de comportamento apresentado acima. Desde o final da Guerra do Paraguai, em 1870, o Brasil não mobiliza tropas para resolver conflitos regionais pelo uso da força. Assim, ao abdicar por tanto tempo de um recurso amplamente utilizado por outras nações, a diplomacia brasileira apresenta um curioso dilema: Por que somos tão consistentemente pacíficos?

Embora a questão seja simples em sua formulação, uma resposta satisfatória seria demasiado extensa e estaria além das capacidades do autor. Em vez disso, prefiro considerar um problema distinto, mas relacionado à mesma agenda de pesquisa: Quão improvável é o pacifismo brasileiro ante seus vizinhos continentais?

O instrumental adotado para esta investigação é o de teorias racionalistas, que pressupõem algum sentido lógico no comportamento de nações no plano externo, se distanciando assim de explicações baseadas nas características idiossincráticas de mandatários ou em peculiaridades culturais específicas a cada povo.

O artigo é dividido em quatro seções. A seguir será apresentada a literatura do realismo ofensivo de Mearsheimer, relacionando-a aos modelos de iniciação de conflitos (war initiation) de teoria dos jogos que incorrem em maior formalização matemática.

Na terceira seção apresenta-se breve histórico das relações entre Brasil e Argentina, seu maior rival no continente durante o período que vai de 1870 a 1991. Em seguida procede-se a uma análise de variáveis econômicas e militares referentes a ambos os países, procurando relacioná-las à probabilidade de guerra, de acordo com teorias discutidas previamente. Finalmente o artigo apresenta conclusões e hipóteses a serem investigadas no futuro.

## **2. Literatura**

### **2.1. Realismo ofensivo**

Ao cunhar o termo “realismo” em seu livro clássico de 1948, Morgenthau deu início a uma das principais escolas de relações internacionais. Os trabalhos que se inserem nessa tradição procuram explicar o comportamento de nações no plano externo sem se sustentar em instituições domésticas ou multilaterais adotadas (como prescreve a literatura liberal) nem na perspectiva do aprendizado através da interação cultural associada a autores “construtivistas”.

A escola realista defende a existência de um conjunto de interesses específicos a cada nação que serão defendidos a despeito da forma de governo vigente ou da personalidade de mandatários no poder. Tais interesses condicionam o comportamento no plano externo de modo que, ao lado de medidas da correlação de forças, torna-se possível avaliar a estabilidade do relacionamento entre nações. Como consequência desta perspectiva baseada em aspectos intrínsecos aos países (geografia, dotação de recursos), as conclusões sobre perspectiva de conflitos tendem a ser bem mais sombrias.

Particularmente pessimista é o “realismo ofensivo”, que tem em John J. Mearsheimer um dos seus principais expoentes. Em seu livro *The Tragedy of Great Power Politics*, Mearsheimer apresenta a versão mais completa de sua teoria, onde algumas poucas hipóteses fundamentais resultam em prognósticos desalentadores para o futuro da política internacional.

O ponto de partida do autor é a definição de nações como entidades individuais coesas em seus processos decisórios. De antemão percebe-se que o autor afasta a possibilidade de haver fatores domésticos endógenos ao modelo que possam desempenhar qualquer papel na política internacional.<sup>1</sup> O próprio autor está ciente desta limitação, concedendo que o que foi omitido eventualmente pode dominar o processo decisório, acarretando em anomalias para a teoria (p11).

Para descrever o ambiente em que os agentes interagem, Mearsheimer enuncia cinco hipóteses basilares: (1) O sistema internacional possui uma natureza anárquica. (2) O objetivo das nações é "sobreviver", ou seja, manter a integridade territorial e a ordem interna. (3) Cada nação possui capacidade militar ofensiva, tornando-a potencialmente perigosa às demais. (4) Nunca se pode ter certeza a respeito das intenções de outrem. (5) Os partícipes tomam decisões racionais estratégicas contemplando curto e longo prazo.

Quanto à (1), nota-se haver uma preocupação clara em distinguir anarquia de noções menos plausíveis como caos completo ou ausência de ordem, definindo este conceito como a inexistência de um “governo de governos” (p30). Já as demais hipóteses descrevem o enunciado de um jogo seqüencial de soma zero com ação simultânea e informação completa. Porém, ao lidar com múltiplos jogadores cujas características oscilam ao longo do tempo, a caracterização de equilíbrios neste arranjo tenderia a ser onerosa demais e com alcance limitado (a cada nova situação um novo jogo a descrever). Como o escopo pretendido é mais amplo, o diálogo da obra com a literatura de jogos pára por aí.

---

<sup>1</sup> Allison e Zelikow em *The Essence of Decision* (1999) apresentam dois modelos distintos com foco nos fatores domésticos como determinantes das escolhas de política externa. Um deles considera as limitações e potencialidades associadas à estrutura organizacional do governo enquanto o outro lida com membros de um gabinete com preferências heterogêneas disputando a primazia da formulação de política externa.

Mas tal escolha não é imune a críticas. Ao descrever o comportamento dos estados sob as hipóteses listadas há pouco, Mearsheimer busca convencer o leitor da fragilidade dos compromissos no plano internacional, o que levaria nações a assumir uma postura de desconfiança e empreender a busca pela maximização do poder relativo. Voltando à teoria dos jogos, vemos que tal conclusão estaria em consonância com o equilíbrio de Nash em jogos de um único estágio. Havendo interação repetida e preocupação com horizontes mais duradouros, pode-se abrir espaço para equilíbrios seqüenciais onde a cooperação é crível, quando os ganhos mútuos superariam o benefício de desvios unilaterais (Fudenberg e Tirole, 1991 Cap.5)<sup>2</sup>. Embora resulte em um ataque menos contundente, essa formulação não deixa de ressaltar quão tênue são as perspectivas de alianças no plano internacional.

Para escapar ao óbice em questão, Mearsheimer defende a existência de elevados custos associados a ameaças à soberania, muito maiores que desvios na política comercial, por exemplo. Com esta nova hipótese auxiliar passamos a ter um pouco mais de estrutura sobre as preferências dos agentes e, conseqüentemente, se esgotam as possibilidades de compromissos mutuamente críveis no longo prazo.

A busca pelo poder será então a única forma concreta de aumentar o nível de segurança de uma nação. Como as possíveis ameaças advêm de estados que também seguem esse comportamento, a preocupação individual será no sentido de maximizar o poder relativo, que torna uma nação segura perante as demais. Só haveria limite a esse desejo caso um estado estabelecesse a hegemonia global, sendo capaz de superar a qualquer instante qualquer outro estado sem comprometer sua capacidade de defesa. Mas aí teríamos uma situação em que a primeira hipótese deixaria de valer, pois a existência de uma hegemonia traz também hierarquia ao sistema.<sup>3</sup>

A resultante da interação entre agentes é denominada “balança de poder”<sup>4</sup> e se presta a avaliações qualitativas sobre estabilidade do sistema, como acontece com o “equilíbrio” em economia. Mas esse conceito não é apenas um análogo interdisciplinar, pois também é utilizado para se referir ao arranjo inicial em que as nações se encontram antes de tomar qualquer decisão e à própria arena de disputa. Por um lado essa multiplicidade de sentidos ressalta a importância de poder relativo para o modelo, mas por outro acaba prejudicando a clareza da apresentação destes aspectos isoladamente.

---

<sup>2</sup> Os “folk theorems” apresentados neste livro-texto consideram haver ponderação decrescente dos ganhos ao longo do tempo, representada através de uma taxa de desconto. Caso todos os períodos recebam pesos idênticos não é possível caracterizar a soma, mas no limite os agentes nunca teriam incentivo ao desvio.

<sup>3</sup> Ver nota 13 do capítulo 2 de Mearsheimer (2002).

<sup>4</sup> A tradução da terminologia “balance of power” apresenta diversos problemas. Se por um lado a noção de “balança” é um falso cognato, por outro é preciso considerar que não se trata de um equilíbrio no estrito sentido da palavra, tampouco pode ser reduzida a algo como “correlação de forças”. Uma sugestão seria “balanceamento” de poder.

Quais são as formas que o poder assume? Para Mearsheimer, há dois tipos distintos a considerar: latente e militar. O primeiro se refere aos “ingredientes sócio-econômicos utilizados na construção do poder militar” (p.55) e é medido através do tamanho da população, do PIB e produção de ferro e aço. Essa capacidade latente é crucial para conflitos mais extensos, quando pode haver o direcionamento de parcelas da capacidade produtiva nacional para o esforço bélico, o que salienta a importância da indústria siderúrgica em particular. Já o segundo corresponde a efetivo militar, inventário de petrechos bélicos e é o que acaba definindo a capacidade ofensiva imediata dos estados neste processo.

Dentre as três armas (exército, aeronáutica e marinha), Mearsheimer sustenta haver a “primazia das forças terrestres” (p.83), pois são as únicas que apresentam capacidade de ocupação do território inimigo. Aviões e navios desempenhariam papéis secundários; respectivamente enfraquecendo alvos estratégicos e transportando soldados através de mares e oceanos.

Em virtude dessa predominância do exército comum, o autor conclui que extensos corpos de água constroem a capacidade de projetar poder terrestre. Estudiosos de estratégias podem argumentar de maneira mais qualificada sobre as hipóteses de que se vale o autor, porém é importante destacar as primeiras proposições de seu modelo:

- É praticamente impossível que um estado alcance o status de hegemonia global.
- Nações insulares estão menos sujeitas a ameaças externas e tolhidas na sua capacidade de agressão.

As limitações impostas pela água reduzem os perigos intercontinentais e permitem que o foco da análise recaia, sobretudo, nas interações de países que compartilham fronteiras e o papel de nações além-mar será reduzido, como veremos a seguir.

As estratégias disponíveis aos estados são divididas entre as que visam ampliar o poder relativo e as que procuram contrapor agressões externas. Dentre as táticas ofensivas, a principal é “guerra”. Trata-se da tática com resultados mais definitivos, além de ser uma das mais utilizadas e a mais polêmica. Para o autor, a variedade de conflitos ao longo da história ratifica o argumento de que muitas vezes os benefícios possíveis superam os custos esperados, mas não há nenhuma explicação teórica mais completa para dar conta deste fenômeno. Dado que existe uma identidade entre riqueza e poder latente, fazer a guerra ou não deveria acarretar num cálculo de custos de oportunidade que comparasse o prognóstico de um conflito arriscado e a perspectiva de um investimento na capacidade produtiva.

As demais estratégias para obtenção de poder que não implicam em comprometimento de recursos costumam ter eficácia reduzida ou resultados menos duradouros. A chantagem, por exemplo, é difícil de ser concretizada,

pois envolve condições muito específicas de credibilidade e risco que produzem, na melhor das hipóteses, ganhos modestos.<sup>5</sup> Estimular conflitos entre rivais (*bait and bleed*) ou empreender esforços para que estes sejam duradouros (sangria), são táticas com algum potencial para conquistas a partir das perdas alheias, mas a primeira destas pode ter conseqüências desastrosas caso o papel de instigador oculto seja descoberto. Ademais, à medida que ocorre o desgaste, a nação fortalecida vai se tornando mais visada, limitando o alcance de ambas no tempo.

Já no âmbito defensivo, o autor considera haver estratégias estritamente dominadas<sup>6</sup> e duas que seriam viáveis a depender do contexto. Por este critério, *balancing* e *buck-passing* apresentam retornos positivos, a depender do contexto. Ambas lidam com a responsabilidade perante o agressor e podem ser entendidas a partir do problema de provisão de bens públicos. Dada a ameaça de um estado alterar a correlação de forças a seu favor, é fácil ver que a manutenção do status quo é benéfica a todos os demais agentes, mas a falta de coordenação entre eles dificulta a partilha dos custos.

Os estados que se colocam em oposição a um agressor (seja através de sinalização diplomática, formação de alianças ou mobilização de recursos) assumem a postura equilibradora (*balancing*). Para países protegidos por água, há uma nomenclatura especial: equilibrador costeiro (*offshore balancer*), dado o papel importante que estes podem desempenhar na estabilização de disputas continentais. Já aqueles que procuram transferir o ônus a outrem seriam os *buck-passers*, um comportamento semelhante ao “carona” (*free rider*) nos problemas de provisão de bens públicos. Também cabem comparações entre esta tática e a de *bait and bleed*, que apresentam resultados semelhantes e motivações distintas. (p162)

As estratégias restantes não seriam recomendadas em nenhuma situação, pois implicam na concessão de poder ao agressor e, assim, violariam a lógica do realismo ofensivo. Aliar-se a ou deixar levar-se a reboque por um adversário mais forte na expectativa de partilhar os espólios vindouros (*bandwagoning*) seria um comportamento de nações mais fracas e subverte a preocupação com o poder relativo em vez do absoluto<sup>7</sup>. Já o apaziguamento implica em realizar concessões a um adversário, na expectativa de “saciá-lo”, algo que só ocorre quando da formação de uma hegemonia.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> O principal caso de chantagem bem-sucedida nos últimos anos é a Coreia do Norte, que soube utilizar a ameaça de desenvolver capacidade nuclear e o medo de uma escalada bélica para obter concessões econômicas dos EUA. Para uma descrição mais detalhada, ver Walt (2005).

<sup>6</sup> Na teoria dos jogos uma estratégia dominada nunca é a melhor resposta individual para quaisquer estratégias adotadas pelos demais jogadores. Ver Tirole e Fudenberg (1993), capítulo 2.

<sup>7</sup> Rosecrance (2000) discorda de Mearsheimer, mas analisando a estratégia de “bandwagoning” através de instituições que constroem o comportamento de nações mais e menos poderosas.

<sup>8</sup> O exemplo mais desastoso de aplicação desta política foi a concessão dos Sudetos, na então Tchecoslováquia a Hitler em 1938.

Consideradas as ações possíveis, a caracterização dos possíveis equilíbrios leva Mearsheimer a colocar a balança de poder inicial como fator preponderante para determinar a estabilidade do sistema. Há que se considerar o número de jogadores e a distribuição de recursos entre eles: quanto menos agentes houver e mais uniforme for a distribuição de poder, mais estável será a balança (ou equilíbrio) de poder. O cenário com maior probabilidade de guerra é o multipolar com a existência de uma hegemonia potencial. A ameaça de uma nação se sobrepondo às demais acirra ânimos, mas a pluralidade faz com que cada um tente transferir o ônus do enfrentamento ao próximo, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de erros de cálculo na avaliação de adversários. (p339)

O autor reserva para as páginas subsequentes a descrição de diversos períodos de conflito e paz ao longo dos séculos XIX e XX que forneceriam evidência empírica para sua teoria. A Europa, como praxe na literatura de balança de poder, é o principal objeto de estudo e o padrão de comportamento enquadra-se nas previsões do parágrafo anterior, com a ocorrência dos principais conflitos se dando num contexto de multipolaridade e hegemonia potencial (Napoleão, Guilherme II, Hitler).<sup>9</sup> Uma das raras exceções seria o início do século XX, quando a Alemanha Guilhermina já apresentava significativa acumulação de poder latente e mesmo assim houve paz até 1914. Também é dedicado um capítulo inteiro ao comportamento das nações insulares, mas enquanto as proposições parecem adequadas para tratar de Estados Unidos e Inglaterra, a agressividade japonesa até o final da II Guerra Mundial acaba enfraquecendo suas conclusões.

## **2.2. Díades racionais**

Paralelo ao desenvolvimento da literatura realista, uma agenda de pesquisa proposta para entender o que leva ao acontecimento de guerras aproximou técnicas da teoria microeconômica ao campo de relações internacionais. O vocabulário de escolha sob incerteza foi introduzido para avaliar decisões de política externa a partir do trabalho de Bruce Bueno de Mesquita em seu livro *The War Trap*. A hipótese fundamental desta abordagem é que os estados são entes racionais maximizadores de utilidade esperada. A escolha pela agressão bélica em detrimento do status quo pacífico indicaria expectativa de benefício líquido positivo.

A análise é empreendida do ponto de vista individual, não havendo assim a noção de um sistema resultante das escolhas idiossincráticas e a verificação empírica recai sobre relações diádicas. Um estado deseja impor sobre o outro as suas políticas preferidas e em caso de sucesso extrai utilidade

---

<sup>9</sup> Levy (2004) sustenta que o eurocentrismo permeia boa parte da literatura de balança de poder, de modo que a eficácia deste modelo poderia ser resultante de um arranjo de relações internacionais específico àquele continente, desenvolvido ao longo de séculos e do qual os líderes estariam conscientes.

superior à situação inicial. Tal modelagem foi criticada principalmente por desconsiderar a interação estratégica dos agentes, pois a escolha sob incerteza lida com variáveis aleatórias, cuja realização segue uma lei de distribuição conhecida ou estimada que não está sujeita ao comportamento de outro agente decisório.<sup>10</sup>

Os próximos trabalhos adotaram jogos seqüenciais como ponto de partida. Embora muito avanço tenha sido obtido a partir deste arcabouço,<sup>11</sup> a elaboração de mecanismos causais para surgimento de guerras ainda apresentava dificuldades. Uma das hipóteses mais questionadas era de que aos estados são atribuídos papéis de agressor e defensor por um movimento da natureza anterior ao jogo. Uma explicação para guerras envolve escolhas que antecedem essa designação funcional arbitrária. A estrutura de payoffs também acabava impondo valores que justificassem a ocorrência de guerras sem tratar do paradoxo já citado.

O principal caminho encontrado para lidar com essa questão está na definição da guerra como a impossibilidade de alcançar uma barganha eficiente. Neste contexto, Fearon (1995) parte das hipóteses de que há aversão ou neutralidade a risco, ambos estados reconhecem a existência de uma probabilidade verdadeira de sucesso no conflito e os itens em disputa são continuamente divisíveis e prova que sempre haverá um intervalo de negociação mutuamente preferível ao conflito. A primeira hipótese é padrão para análises mediante incerteza e a flexibilização das outras duas leva à proposição de mecanismos causais de conflitos.

Quando o item em disputa não admite divisibilidade, os arranjos factíveis através da barganha correspondem aos estados da natureza de uma guerra, como no caso citado pelo autor da Guerra Franco-Prussiana, motivada pela sucessão do trono espanhol. Entretanto, Fearon não considera fundamental essa situação, pois dificilmente há uma única questão discutida e as demais dimensões podem muito bem levar a uma decisão consensual sem guerra.

Outro problema mais grave para agentes racionais reside na informação privada. Neste caso, não há necessariamente a convergência de crenças sobre probabilidades de sucesso no campo de batalha<sup>12</sup> e os estados podem ter incentivos a dissimular sinais para extrair maiores concessões. Durante a barganha pré-guerra, os países podem tentar parecer mais resolutos na defesa

---

<sup>10</sup> R. Harrison Wagner em resenha de *The War Trap* dedica a primeira seção a discutir conceitos de probabilidade e escolha sob incerteza e possíveis inconsistências na teoria de Bueno de Mesquita. Uma das principais críticas diz respeito à exigüidade de estados da natureza, limitados a dois: sucesso e fracasso.

<sup>11</sup> O impacto de variáveis distintas sobre a escalada de conflitos é um dos temas mais estudados a partir desta formulação. Ver Bueno de Mesquita e Lalman (1990) e Bueno de Mesquita et al (1997).

<sup>12</sup> Wagner (2000) elabora outro exemplo em que a divergência de probabilidades não precisa ser tão grande a ponto de extinguir o conjunto de barganhas possíveis. Neste caso a atualização bayesiana incentiva os estados a lutar para se colocar numa posição de negociação futura mais vantajosa.

de seus interesses e assim enviesar qualquer acordo a seu favor. A comunicação desta postura por via diplomática não é suficiente para dissuadir outrem, portanto há que se incorrer em algum tipo de custo que torne a sinalização crível, em vez de mera bravata, construindo a reputação de força ao longo do tempo.

Um dos mecanismos informacionais considerados para explicar a ocorrência de guerras é o otimismo mútuo. O otimismo mútuo é caracterizado pelas elevadas probabilidades subjetivas de vitória associadas a cada jogador, resultando em utilidade esperada da guerra positiva a ambos. Fey e Ramsay (2007) concluem que para formas muito gerais de interação estratégica, o conflito nunca será um equilíbrio Nash-Bayesiano. As hipóteses de racionalidade quanto ao processamento de informação são flexíveis a ponto de abarcar qualquer estrutura seqüencial e assimetria de conhecimento. O resultado, porém, não chega a ser universal, pois não são consideradas vantagens de ataque surpresa ou possibilidade de iniciativa de guerra unilateral.

Outra explicação de Fearon para a guerra decorre da dificuldade em confiar que os termos de um acordo pacífico serão implementados. Se houver maior probabilidade de vitória quando um lado ataca antes das tropas adversárias se encontrarem devidamente mobilizadas, o espaço para barganhas eficientes se reduz, pois não há uma autoridade superior que imponha a decisão a ambas as partes e proíba a ofensiva surpresa.

A noção de guerra preventiva também se associa ao problema de compromisso crível (CCP na sigla em inglês). Para estudar esse problema é preciso considerar um horizonte infinito com alguma mudança futura de correlação de forças. Mesmo na ausência de informação assimétrica, o lado prestes a se enfraquecer pode ter incentivos para atacar no presente e obter uma barganha mais favorável que seria impossível nos períodos subseqüentes.

Esse mesmo arcabouço pode ser ligeiramente modificado para dar conta de outro obstáculo ao compromisso crível. Quando o próprio item em disputa afeta a capacidade ofensiva futura, a barganha pacífica também se desfaz, pois um acordo hoje pode levar a vulnerabilidade extrema amanhã.<sup>13</sup>

Para complementar esses modelos dinâmicos, Leventoglu e Slantchev generalizam as causas do CCP como variações amplas e rápidas da correlação de forças e procuram entender como uma seqüência de enfrentamentos poderia resolvê-lo sem a aniquilação do exército derrotado. No modelo cada estado possui um estoque de capital  $K_i$  e há um prêmio que ambos pleiteiam ( $v$ ). A cada instante, os agentes apresentam simultaneamente barganhas para

---

<sup>13</sup> Esse resultado depende de descontinuidades na função que associa a probabilidade de vitória futura  $p_{t+1}$  à barganha presente  $b_t$ . Isso poderia ocorrer no caso de indivisibilidade da contenda, já visto acima.

divisão do montante total de recursos ( $S = K_1 + K_2 + v$ ), deliberam e em seguida decidem pelo ataque ou não. Uma partilha que é aceita por ambos disponibiliza esses recursos para os estados utilizarem num potencial enfrentamento, caso se iniciem as hostilidades, a vantagem de iniciativa existe somente na primeira batalha. Os beligerantes incorrem num custo individual constante  $c_i$  por período que reduz o estoque de capital, de modo que o conflito não possa durar indefinidamente. A probabilidade da guerra se encerrar em uma determinada batalha é  $p = p_1 + p_2$ , onde os termos da soma correspondem à possibilidade de colapso dos exércitos.

A condição suficiente para o início das hostilidades é satisfeita para valores elevados o bastante de duração máxima do conflito, dada por  $T = S / (c_1 + c_2)$ . Embora a guerra seja ineficiente *ex post*, não é possível alcançar a barganha pacífica, pois os ganhos esperados em tomar a iniciativa são muito altos. À medida que ocorrem os embates,  $T$  vai diminuindo, tornando as alterações de poder menos significativas e fazendo surgir janelas de oportunidade para que a paz negociada seja crível.

Como podemos ver, a possibilidade de um conflito num arranjo que envolve o CCP apresenta uma descrição mais detalhada de quão tênue pode ser a obtenção da paz. É importante notar que dentre as condições suficientes para que a paz se esgote estão a plena autonomia da capacidade decisória dos agentes e também o alto valor atribuído ao prêmio disputado. Deste modo, temos um mecanismo explicativo que compele rivais ao enfrentamento e que não invalida os preceitos do realismo ofensivo descrito anteriormente.

### **3. Histórico das relações Brasil e Argentina**

Embora guardassem algumas semelhanças no início do século XIX, principalmente na baixa densidade populacional e taxa de ocupação do terreno, a formação dos estados brasileiro e argentino se deu por vias bastante distintas. A transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira em 1808 trouxe consigo diversas instituições que inexisteriam no resto do continente e com isso o processo de independência brasileira em 1822 acabou sendo particularmente ordenado, breve e menos conflituoso que nas ex-colônias espanholas. A Argentina após sucessivas guerras alcançou a independência em 1810, mas seu território se limitou a pouco mais da metade da área do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. (Fausto e Devoto, 2005)

Após esse processo, tanto Brasil quanto a Argentina mantiveram sua unidade territorial contra tentativas separatistas como os Farrapos no sul do Brasil e o conflito de unitários e federalistas na Argentina. Porém, a nação platina vivenciou um período em que as províncias de Entre Ríos e Corrientes estabeleceram a Confederação Argentina sem a participação de Buenos Aires,

A unificação definitiva deste país se daria em 1862, quando foi empossado Bartolomé Mitre, que liderava os unitários.

O principal conflito entre Brasil e Argentina na primeira metade do século XIX se deu em torno da Província Cisplatina, chegando inclusive a acontecer uma guerra entre as duas nações no ano de 1825. Mesmo com o surgimento do Uruguai, ainda mantiveram-se tensões nessa região que escalariam até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança em 1864, quando o Paraguai invadiu o Mato Grosso<sup>14</sup> de maneira preventiva, após intervenção brasileira na sucessão uruguaia, desbancando Bernardo Berro dos “blancos” que era aliado de Solano López. A Argentina nesse conflito suspendeu a rivalidade com o Brasil e formou uma aliança contra o general paraguaio que também avançou sobre a província de Corrientes. Após cinco anos de batalhas e muito desgaste interno, as forças aliadas sagraram-se vencedoras.

Embora tenha havido cooperação entre Brasil e Argentina na guerra continental, já durante as negociações dos tratados com o Paraguai evidenciava-se a falta de coordenação entre aliados que assinaram acordos bilaterais. A maior parte do ganho territorial verteu-se para o Brasil, que também manteve a nação derrotada como protetorado ao longo da década até passar à esfera de influência argentina graças a laços culturais e econômicos.

O esforço bélico foi importante, por um lado, na medida em que ocasionou a profissionalização dos exércitos, mas, por outro, resultou no ocaso dos grupos políticos que a iniciaram. No Brasil, a elite deixou de apresentar a coesão de outrora, havendo divergências em torno de questões como a escravidão, a república e o federalismo. A instabilidade doméstica levou à criação da Guarda Nacional para enfrentar focos de tensão que surgiam na população. As finanças de ambos países foram profundamente abaladas com o pagamento de serviços da dívida externa e as custas da guerra.<sup>15</sup> A estrutura tributária dos dois vizinhos dependia demasiadamente do comércio exterior, com um peso maior para bens de consumo importados, a participação de impostos domésticos sobre propriedade e salários só viria a ter impacto mais significativo no início do século XX.

A rivalidade entre Brasil e Argentina recrudescer na década de 1880, levando o então presidente argentino general Roca a julgar a guerra entre as duas nações como inevitável.<sup>16</sup> O ponto de contenda era a fronteira de Misiones-Palmas, que em 1882 recebeu colônias militares brasileiras, enquanto a Argentina estabelecera naquela região a província autônoma de

---

<sup>14</sup> A principal obra de referência sobre esse conflito marcante na história da América do Sul é Doratioto (2002) que retifica muitas das crenças alimentadas ao longo do tempo quanto ao papel do Reino Unido e ao nível de industrialização do Paraguai às vésperas da guerra.

<sup>15</sup> A importância do acesso a mercados internacionais de crédito na formação dos estados na América Latina é um ponto defendido por Thies (2005), o que torna natural que essa escolha condicione políticas futuras de gastos públicos.

<sup>16</sup> Citação de carta a Miguel Cané, extraída de Moniz Bandeira (2003).

Misiones. Para o Brasil aquela faixa territorial tinha especial importância na medida em que garantia o acesso ao Rio Grande do Sul, uma das economias mais dinâmicas ao longo do século. Após anos de tensão, esse assunto começou a ser resolvido no Tratado de Montevideu, que data de 1890. Naquele momento em que as relações se encontravam mais amistosas devido a tensões da Argentina com o Chile, tanto que logo após a proclamação da república pelo marechal Deodoro da Fonseca, os argentinos foram a primeira nação a reconhecer o novo governo. Mas após a assinatura daquele tratado pelos governos, a Marinha e o Exército brasileiros protestaram duramente e o Congresso rejeitou o acordo, acarretando em novo impasse. O desfecho deste episódio só viria a ocorrer em 1895 com a arbitragem dos EUA a favor do Brasil, que era então seu principal parceiro econômico e político no Cone Sul.

Outro momento de relações mais acaloradas se deu no início do século XX, quando o Brasil empreendeu renovação de suas forças armadas (com especial destaque para a esquadra, que fora abalada pela Revolta da Marinha). As encomendas feitas a estaleiros britânicos acarretaram em uma corrida naval entre Argentina, Brasil e Chile. Um dos principais atores neste imbróglio foi o ministro de relações exteriores, Estanislau Zeballos, que se preocupava com o fortalecimento bélico brasileiro, chegando a traçar planos de ocupação preventiva do Rio de Janeiro que incluíam a mobilização de 50 000 reservistas da Guarda Nacional. O momento crítico se deu em 1908 quando as intrigas diplomáticas levaram à tentativa de falsificação de um telegrama do chanceler brasileiro Rio Branco que visava estremecer as relações positivas entre Rio de Janeiro e Santiago. Após descoberta a fraude, a posição de Zeballos se tornou insustentável e ele foi demitido. (Moniz Bandeira, 2003, pp103-104)

Tabela 1  
Capacidade militar e latente em momentos de disputa (1882-1908)

	1882	1890	1894*	1908
Brasil				
Gastos militares <sup>1</sup>	2657	2980	2092	6530
<i>per capita</i>	0,218	0,210	0,134	0,307
Efetivo militar <sup>2</sup>	18	22	40	26
Consumo de energia <sup>3</sup>	418	498	589	1482
População total <sup>4</sup>	12202	14199	15583	21303
Pop. urbana <sup>5</sup>	6,4%	6,7%	7,6%	10,8%
Argentina				
Gastos militares	1234	1082	1335	2905
<i>per capita</i>	0,474	0,326	0,352	0,472
Efetivo militar	10	8	10	18
Consumo de energia	399	354	854	2234
População total	2602	3323	3793	6150
Pop. urbana	11,3%	16,2%	17,1%	19,8%

Fonte: National Material Capabilities v3.02 (Correlates of War)

\* Faltam dados para 1895, ano da arbitragem de Misiones

<sup>1</sup> milhares de libras esterlinas do ano corrente

<sup>2</sup> em milhares de pessoas

<sup>3</sup> em milhares de toneladas de carvão equivalentes

<sup>4</sup> em milhares de pessoas

<sup>5</sup> cidades com mais de 10 000 habitantes

Na Tabela 1, vemos que as medidas absolutas de capacidade militar são consideravelmente favoráveis ao Brasil, embora esses números devam ser vistos com atenção, dada a extensão territorial das fronteiras brasileiras. Também é preciso relativizar essa aparente superioridade em face do poder marítimo argentino. Nota-se que o diferencial vem caindo ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao consumo de energia, que chega inclusive a ultrapassar o brasileiro já no ano do incidente Zeballos. Infelizmente não há estimativas razoavelmente confiáveis para a produção de ferro e aço destes países ao longo do período, mas é provável que o maior desenvolvimento da Argentina tenha se refletido em níveis mais elevados de industrialização.

Já em 1915, Rio Branco tentou promover o Tratado do ABC, entre as três principais nações do sul do continente, mas sem conseguir o apoio necessário a sua ratificação na Argentina. Para Fausto e Devoto, a principal questão que permeava as relações daqueles países nestes anos foi a esfera de influência de grandes potências. Enquanto os Estados Unidos incentivavam a aproximação no Cone Sul como parte de uma estratégia pan-americana, países europeus (a Grã-Bretanha em particular) viam com restrições esse pacto. Até na I Guerra Mundial, percebe-se como esse alinhamento distinto afetou o posicionamento destes países. A Argentina optou pela neutralidade,

pelas relações que nutria tanto com ingleses quanto com alemães, já o Brasil declarou guerra à Alemanha em 1918.

Na década de 1930, o foco principal de atrito externo se deslocou para a região do Chaco boreal, disputada por Paraguai e Bolívia em virtude das perspectivas para extração de petróleo naquela região. O Brasil não chegou a ter grande participação na violenta guerra, mas a Argentina colaborou ativamente com seu aliado, o Paraguai. Após cessar-fogo e o início das conversas da Conferência de Paz de Buenos Aires, porém, mesmo com a vitória no campo de batalha, as tensões domésticas no Paraguai aumentaram com a queda do presidente Ayala em 1936. Mais uma vez Brasil e Argentina se viram em meio a uma corrida armamentista cujo foco principal era a superioridade naval, então ostentada pela Marinha argentina. O Estado-Maior brasileiro chegou a tomar “várias medidas de alerta e de defesa nas fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso” (Moniz Bandeira, 2003, p 189). Os principais atores do continente sul-americano assumiram papéis opostos na negociação do acordo entre os beligerantes, com o Brasil se colocando mais próximo às posições bolivianas, na tentativa de evitar extenso ganho territorial ao Paraguai. Em 1938, finalmente foi assinado o tratado que selou a paz e garantiu concessões a Brasil e Argentina para explorar o petróleo, que nunca chegou a ser comercialmente viável.

Tabela 2  
Correlação de Forças no Cone Sul e Chaco em 1936\*

	Gastos de defesa	Exército efetivo	Energia	População urbana
Argentina	46,4%	23,7%	56,9%	42,4%
Brasil	34,5%	51,6%	27,5%	39,5%
Chile	11,3%	12,9%	15,2%	8,8%
Bolívia	3,4%	5,4%	0,2%	2,4%
Paraguai	0,9%	1,6%	0,0%	1,3%
Uruguai	3,6%	4,8%	0,2%	5,6%
Bolívia	3,4%	5,4%	0,2%	2,4%
Paraguai	0,9%	1,6%	0,0%	1,3%

Fonte: NMC v3.02

\*Medidos como percentual da soma de valores para estes seis países

Na Tabela 2 vemos que a situação na região era muito favorável a Argentina ao final da Guerra do Chaco, que chegava a comandar orçamento igual à soma dos de seus principais rivais. Embora o exército brasileiro ainda fosse duas vezes maior, a extensão territorial das fronteiras e uma possível aliança com o Paraguai colocariam o país em situação bastante adversa. Mesmo contando com uma população total bem menor que a brasileira, as taxas de urbanização eram elevadas a ponto de colocar a Argentina à frente nesse quesito também.

Durante a II Guerra Mundial mais uma vez evidencia-se a divergência de posições dos dois países. Enquanto o Brasil ficou ao lado dos aliados em 1942, a Argentina manteve a neutralidade estrita, fornecendo mantimentos

para a Inglaterra e sustentando conversas com a Alemanha. Após um golpe militar em 1943, os Estados Unidos pressionaram o governo Vargas, na tentativa de obter apoio a um bloqueio naval à Argentina. Considerava-se então que a nova administração daquele país seria simpática ao Eixo e poderia aproveitar a vulnerabilidade brasileira resultante do envio de tropas ao teatro de operações europeu. Moniz Bandeira destaca a inexistência de “ânimo para guerra” em ambas as partes, atribuindo a representantes do Departamento de Estado americano as movimentações hostis contra o regime de Farrel-Perón em Buenos Aires que era considerado “filonazista”, mesmo após romper relações com a Alemanha.

Já no contexto da Guerra Fria, os países tentaram diversas vezes a aproximação de suas políticas externas. Quando Vargas e Perón eram presidentes, foi empreendido um resgate do Tratado do ABC pelo mandatário argentino, que defendia na “Terceira Posição” uma maior independência com relação aos Estados Unidos. A proximidade brasileira da nação americana e a falta de apoio a Vargas no Congresso brasileiro fizeram com que as conversas não prosperassem e as duas nações mantivessem a concorrência regional.

A próxima demonstração de interesse pelo *rapprochement* destas nações viria com os Acordos de Uruguaiana. Os presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros se comprometeram a retirar tropas da fronteira e buscaram uma política externa de maior cooperação e mais independente dos Estados Unidos. A esses tratados seguiu-se a reunião da OEA, onde os dois países foram os únicos a se abster do voto pela exclusão de Cuba daquela organização. O contexto doméstico destes governos era profundamente marcado pelo papel das Forças Armadas, um ator importante desde o final do século XIX, mas com influência ainda maior após a queda de Perón e o suicídio de Vargas.

Tabela 3  
Taxa média de crescimento do PIB

	1870-1913	1913-1950	1950-1965	1965-1973	1973-1980
Argentina	12,13%	1,38%	0,36%	0,13%	0,03%
Brasil	3,29%	3,88%	6,07%	9,63%	6,98%

Fonte: Maddison(1983)

A Tabela 3 sintetiza as oscilações na correlação de forças latente evidenciada pelo produto interno da economia. Percebe-se que o momento em que a Argentina agiu de maneira mais incisiva coincide com o período de maior crescimento da sua economia. A trajetória de 1950 em diante, contudo, se mostrou muito mais favorável ao Brasil que inclusive passou pelo Milagre Econômico durante essas três décadas.

A década de 70 marca um dos últimos períodos da disputa por segurança entre os dois países. O forte desenvolvimento do Brasil levou o país a buscar uma política expansionista na América do Sul, como se pode evidenciar na ampliação do limite de mar territorial de 50 a 200 milhas. Com

relação a seus vizinhos, o Brasil colaborou em golpes de estado na Bolívia, Uruguai e Chile, que apontaram para a possibilidade do país alcançar a hegemonia no continente. O principal foco de tensão entre os dois países era a exploração do potencial hídrico da Bacia do Prata, a partir do projeto da usina binacional de Itaipu, em parceria com o Paraguai. A Argentina cobrava do Brasil a consulta prévia, pois aquela se encontrava na jusante das águas a serem represadas e buscou se respaldar por meio de concessões comerciais aos demais vizinhos e argumentação jurídica em fóruns multilaterais que constrangessem o Brasil a adotar a consulta. Mas a posição brasileira pouco se alterou ao longo da década e somente em 1979 foram acordados os aspectos técnicos daquela obra.<sup>17</sup>

Os anos seguintes vieram uma reaproximação destes dois países. Não apenas pela resolução de problemas relativos a Itaipu, mas principalmente pelo desenrolar da Guerra das Malvinas. A fragorosa derrota argentina diminuiu o receio brasileiro de novas empreitadas militares, além de expor a ambos países algumas falhas estruturais das forças de defesa, principalmente na área de logística. (Selcher, 1985). A inauguração dos regimes civis de Alfonsín e Sarney levou à assinatura de novos acordos entre os dois países que incluíam a redução da disputa nuclear. A partir deste momento começa a ganhar importância a cooperação entre os países que desencadeará a formação do Mercosul em 1991.<sup>18</sup>

#### **4. Análise do padrão de relações entre países**

Ao empreender uma análise do padrão de conflitos de Brasil e Argentina seguindo os preceitos do realismo ofensivo de Mearsheimer, não são encontradas instâncias que invalidem suas conclusões. Embora não tenha havido guerras entre essas duas nações após 1870 é certo também que o traço marcante de suas relações não foi a cooperação.

A disputa pela hegemonia ou ao menos predominância continental foi uma constante, podendo ser observados momentos de maior acirramento quando um lado ou outro começavam a despontar através do maior crescimento econômico. Esse comportamento de empreender busca pelo maior desenvolvimento, contudo, não chega a ser particularmente distinto, dado que se coaduna não só com a estratégia de *internal balancing*, mas também com os demais interesses de estado, como a melhoria do bem-estar.

---

<sup>17</sup> Spektor (2003) descreve as disputas daquele período *vis-à-vis* a política de cordialidade oficial adotada pelo Itamaraty ao longo das décadas. O incidente de Itaipu corresponderia a uma conjuntura crítica naquela relação. Hilton (1993) também destaca a corrida armamentista daqueles países durante o segundo governo Perón como foco de tensão paralela.

<sup>18</sup> Sotomayor Velásquez (2004) discute o processo de cooperação em assuntos de segurança como uma resposta dos regimes civis à atuação das forças armadas como ator político em ambos os países, de modo que o fim da corrida por tecnologia nuclear seja resultado de formas de controle dos novos governos que visavam enquadrar o estamento militar à ordem democrática.

Mais específico ao problema em questão seriam as corridas armamentistas verificadas em 1908 e 1936. A questão da supremacia naval neste contexto se fazia ainda mais importante pelo papel que o comércio exterior desempenhava nas receitas públicas de ambos países. Tratava-se de um aspecto estratégico para a capacidade ofensiva das duas nações, ligado de maneira intrínseca ao financiamento das Forças Armadas e a seu aparelhamento, dado o baixo nível de industrialização na América do Sul naquele período.

Verifica-se também que, à medida que uma nação adquiria posição mais vantajosa, a outra buscava o respaldo de grandes potências externas. Embora nunca tenham exercido papel significativo de equilibradores costeiros, países como Estados Unidos e Grã-Bretanha tiveram importante participação nas discussões entre os rivais sul-americanos. Estas nações também atuaram de acordo com o realismo ofensivo ao empreenderem esforços para impedir o surgimento de nova hegemonia continental nas Américas. Naturalmente pela sua maior proximidade, os Estados Unidos perseguiram de maneira mais ativa a defesa de seus interesses ao intervir nos assuntos sul-americanos. Já a preocupação britânica parece estar associada não à questão de segurança doméstica<sup>19</sup>, e sim à manutenção de sua hegemonia marítima e rotas de comércio.

Outro fator que confirma a teoria de Mearsheimer diz respeito ao padrão de relações continentais. Os momentos de maior instabilidade estão correlacionados com fases em que existia alguma hegemonia potencial. Sobretudo em 1936, o conflito entre nações menores ameaçou deflagrar uma guerra entre estes países. Neste ponto temos o que seria o maior desafio ao realismo ofensivo na América do Sul, pois embora tenha havido rivalidade entre Brasil e Argentina e desta com o Chile, não se verifica a transferência de responsabilidades (*buck-passing*) esperada entre brasileiros e chilenos neste contexto multipolarizado.<sup>20</sup> Talvez essa situação tenha sido evitada em decorrência de uma menor agressividade argentina, mostrando uma vez mais o potencial que a restrição de crédito pode ter no comportamento de nações menores e dependentes de financiamento externo.

Durante a II Guerra Mundial, quando a diplomacia destes países esteve condicionada ao desenrolar do teatro europeu, percebe-se que o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos resultou em novo acirramento de tensões. Desta vez o problema direto não partiria da rivalidade regional, e sim da ameaça que um regime simpático ao nazismo no continente apresentava ao

---

<sup>19</sup> Jaguaribe (1982) fala do modelo econômico agro-exportador e da fronteira partilhada entre Brasil e Guiana como motivações para aliança entre ingleses e argentinos, que perdurou até a II Guerra Mundial.

<sup>20</sup> A política de alianças brasileira para a região minora esse resultado, pois embora o Brasil não tenha assumido o ônus direto de contrabalançar a Argentina, enunciou claramente o desejo de estabelecer uma *entente* com os dois países beligerantes (Hilton 1993).

esforço bélico americano. A possibilidade de uma aliança entre argentinos e alemães<sup>21</sup> fez com que o exército brasileiro fosse incentivado a considerar um ataque preventivo em 1943, algo que não ocorreu pela fragilidade das forças remanescentes no país. O que parece absurdo à luz do realismo ofensivo na verdade acaba sendo bastante razoável se considerarmos novamente a importância da manutenção do comércio marítimo, que vinha sofrendo agressão de submarinos alemães.

Durante a Guerra Fria torna-se mais difícil analisar esse comportamento, pois a flexibilidade da teoria permite interpretações distintas às escolhas de cada país. Tanto a aproximação dos Estados Unidos, empreendida pelo Brasil nos anos 50 e pela Argentina nos 60 quanto o distanciamento, evidenciados na “Terceira Posição” peronista e na política independente de Quadros são comportamentos sensatos.<sup>22</sup> Neste momento vemos alguma limitação ocorrendo ao transpor um modelo pensado a partir de grandes potências para países menores. O realismo de Mearsheimer não permite fazer inferências muito interessantes sobre o padrão de alinhamento dos demais países em um sistema bipolar. Talvez algo que caiba destacar é a diversidade de estratégias. Mesmo pertencentes à esfera de influência americana, os dois países não chegaram a coordenar suas políticas para um mesmo fim. A maior aproximação de um à potência do norte abria espaço para o discurso mais autônomo de outro, mantendo assim algum equilíbrio regional.

Considerando as teorias racionalistas, torna-se possível adentrar em mais detalhes, para tentar compreender as causas deste pacifismo tão peculiar. Uma explicação inicial para tal padrão de comportamento pode estar na aversão a riscos da parte de ambos, mas essa proposição não é testável e tampouco parece ser verificada, dados os conflitos de que participaram ao longo do século XIX e a Guerra das Malvinas, no caso da Argentina.

Avaliando a perspectiva intertemporal dessa interação mútua, alguns autores destacam o esforço brasileiro no sentido de construir uma reputação que deixasse clara a ausência de interesses imperialistas, a busca pelo diálogo diplomático e a resoluta defesa de sua soberania territorial.<sup>23</sup> Mas é importante notar que dadas as hipóteses de anarquia institucional, anúncios de intenções que não carreguem custos associados não são críveis. Ademais, é pouco sensato supor que as estratégias adotadas pelo Império tiveram uma permanência na dinâmica das relações de ambos os países.

---

<sup>21</sup> A dificuldade para avaliar com clareza as intenções argentinas foi o principal fator neste atrito.

<sup>22</sup> Walt (2004) descreve esse tipo de estratégia menos cooperativa com um país maior como *balking*, que pode ser traduzido livremente como “empacar”, no sentido de assumir uma posição resoluta de não agir em conformidade com as vontades de uma grande potência.

<sup>23</sup> Rodrigues (1967) cita como exemplo principal dessa sinalização o papel brasileiro desempenhado durante a Guerra do Paraguai.

Mais promissor para entender as diversas disputas entre os países é o modelo de barganha na linha de Leventoglu e Slantchev. O problema de compromissos críveis neste caso é acentuado à medida que aumenta o volume de recursos em disputa. No caso em questão, percebe-se que os conflitos se deram em torno de questões mais limitadas. Os momentos de maior tensão envolvem perspectivas de novos recursos, como no caso do petróleo do Chaco ou da disputa em torno de Itaipu. Vale ressaltar, porém que esse arcabouço transcende ligeiramente a formulação daqueles autores, posto que não lida com a incerteza prospectiva, algo que se mostrou crucial no caso do Chaco, onde as reservas se mostraram menores que se supunha e economicamente inviáveis.

A outra variável importante do modelo diz respeito aos custos para cada agente. Nesse ponto é mais complicado determinar condições específicas que possam fazer com que um país arque com o desgaste de um potencial conflito de maneira mais ou menos fácil. Porém, é importante ressaltar que, neste modelo, esse custo determina a quantidade de batalhas que um país pode lutar até entrar em colapso. Talvez fosse então possível conciliar este modelo com algumas das proposições acima. A instabilidade política em ambos os países e os desafios domésticos como desigualdade social e períodos de baixo desenvolvimento econômico impuseram a Brasil e Argentina valores elevados destes parâmetros de modo que mesmo conflitos breves colocassem em marcha mudanças profundas do ordenamento social.<sup>24</sup>

Finalmente, vemos que o processo de aproximação dos dois países passou pela construção de instituições próprias (no caso o Mercosul), o que faz com que a melhoria na relação dos rivais sul-americanos seja distinta de outros casos<sup>25</sup> destacados na literatura.

## 5. Conclusão

Embora a relativa paz da América do Sul seja um fenômeno bastante peculiar *vis-à-vis* o resto mundo, sua ocorrência não contradiz a maioria dos pressupostos do realismo ofensivo. Brasil e Argentina, os principais agentes dentro do continente, nunca deixaram de buscar a liderança no continente e, dado o seu baixo nível de desenvolvimento econômico, priorizaram estratégias de contraponto mútuo voltadas ao âmbito interno.

Paralelo a isso também se colocaram em parcerias com as principais potências com predominância marítima. Grã-Bretanha e Estados Unidos exerceram o papel de equilibradores costeiros diversas vezes, mas sem, contudo, ingressar ativamente com tropas. Esse comportamento pode

---

<sup>24</sup> Note que o conceito de colapso é mais amplo que o resultado de uma guerra total (ou clausewitziana).

<sup>25</sup> Um destes exemplos seria o de Romênia e Hungria, cuja rivalidade histórica se manteve controlada desde o fim da II Guerra Mundial primeiramente pelo Pacto de Varsóvia e a influência soviética e em seguida pela busca de uma aproximação junto à Europa ocidental e instituições como a União Européia e OTAN.

aparentar divergências com prescrições da teoria de Mearsheimer, mas principalmente no fim do século XIX e início do XX se mostram corretos, dada a dependência de Brasil e Argentina nas fontes de crédito internacional e nas receitas alfandegárias.

Em conformidade com esta teoria também está o fato de estes países atuarem de maneira mais ostensiva no plano externo à medida que acumulavam maior poder latente, algo que se evidencia na Argentina de 1908 a 1936 e no Brasil de 1970 a 1976. O maior crescimento de um sempre colocou o outro numa posição defensiva, levando à busca de alianças com potências externas.

Tal resultado não chega também a ser surpreendente, pois os próprios formuladores de política externa no Itamaraty e San Martin tinham como paradigma analítico a noção de balança ou equilíbrio de poder.

Se o padrão de comportamento não traz nenhuma grande novidade, talvez o principal fator para explicar a ausência de enfrentamentos bélicos mesmo em um contexto repleto de atritos e tensão seja o valor das disputas em questão. Em relação aos custos que deveriam ser empreendidos o prêmio a conquistar se mostrava pequeno, o que possibilitava um maior espaço para a negociação diplomática ter eficácia. Por mais questionáveis que sejam os exercícios de história hipotética, seria difícil imaginar que estas relações sustentassem semelhante padrão caso as reservas do Chaco se mostrassem mais abundante que de fato eram.

Outro aspecto que se coaduna com a explicação do problema de compromisso crível são os custos. Embora sejam compreendidos naquela modelagem como parâmetros exógenos à escolha do agente racional, é possível argumentar que teriam um valor especialmente elevado para Brasil e Argentina em virtude da instabilidade doméstica. A atuação das Forças Armadas na política de ambos os países se mostra ainda mais relevante nesse sentido, pois sua insatisfação em uma guerra regional poderia facilmente levar ao colapso dos regimes, como ocorreu após a Guerra do Paraguai.

Extrapolando os resultados deste artigo para o contexto atual, vemos Argentina e Brasil muito mais próximos e um nível inédito de coordenação em suas políticas de segurança. Porém, seria interessante notar que as outras restrições apresentadas passaram a ter um papel secundário ou então simplesmente deixaram de existir, como no caso da dívida externa brasileira. A maior autonomia na busca pela defesa tende a levar as nações a se comportarem de uma maneira mais agressiva e pode muito bem criar novos desafios para ambos os países que transcendam a rivalidade observada até então.

## 6. Bibliografia

Allison, G. T. e Philip Zelikow. *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis* (New York: Addison-Wesley Longman, 1999, 2ed).

Doratioto, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

Fausto, B. e Fernando J. Devoto. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada* (São Paulo: Editora 34, 2004).

Fearon, James D. “Rationalist explanations for war”, *International Organization* 49, 3. (Verão 1995), pp 379-414.

Fey, M. e Kristopher W. Ramsay. “Mutual Optimism and War”. *American Journal of Political Science*, Vol. 51, No. 4. (Outubro 2007), pp. 738-754.

Fudenberg, D. e Jean Tirole. *Game Theory* (Cambridge: The MIT Press, 1991)

Hilton, Stanley E. “As relações Brasil-Argentina: do conflito à *entente*”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 36, No. 2 (1993), pp. 54-66.

Leventoglu, B e Branislav L. Slantchev, “The Armed Peace: A Punctuated Equilibrium Theory of War”, *American Journal of Political Science*, Vol. 51, No. 4. (Outubro 2007), pp 755-771.

Levy, Jack S. “What do Great Powers Balance Against and When?” in Paul, James e Fortmann (eds.) *Balance of Power – Theory and Practice in the 21<sup>st</sup> Century* (Stanford: Stanford University Press, 2004) pp.29-51.

Linden, Ronald H. “Putting on their Sunday Best: Romania, Hungary, and the Puzzle of Peace”, *International Studies Quarterly*, Vol. 44, No. 1. (Março 2001), pp. 121-145.

Maddison, A. “A Comparison of Levels of GDP Per Capita in Developed and Developing Countries, 1700-1980”, *The Journal of Economic History*, Vol. 43, No. 1, The Tasks of Economic History, (Março 1983), pp. 27-41.

Mearsheimer, John J. *The Tragedy of Great Power Politics* (New York: Norton, 2001).

Moniz Bandeira, L. A. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)* (Rio de Janeiro: Revan 2003, 2ed).

Rodrigues, José Honório. “The Foundations of Brazil’s Foreign Policy”. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 38, No. 3, Julho 1962, pp. 324-338.

Rosecrance, Richard. “Has Realism Become Cost-Benefit Analysis? A Review Essay”, *International Security*, Vol. 26, No. 2. (Outono 2001), pp. 132-154.

Selcher, Wayne A. "Brazilian Argentine Relations in the 1980s: From Wary Rivalry to Friendly Competition", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 27, No. 2, (Verão 1985), pp. 25-33.

Singer, J. David. (1987). "Reconstructing the Correlates of War Dataset on Material Capabilities of States, 1816-1985" *International Interactions*, 14: 115-32.

Spektor, Matias. "O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Geisel (1974-1979)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 45, No. 1, (2002), pp.117-145.

Sotomayor Velazquez, Arturo C. "Civil-Military Affairs and Security Institutions in the Southern Cone: The Sources of Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation", *Latin American Politics & Society*, Vol. 46, No.4, (Inverno 2004), pp. 29-60.

Thies, Cameron G. "War, Rivalry, and State Building in Latin America", *American Journal of Political Science*, Vol. 49, No. 3, (Julho 2005), pp.451-465.

Wagner, R. Harrison. "Bargaining and War", *American Journal of Political Science*, Vol. 44, No. 3. (Julho 2000), pp. 469-484.

Wagner, R. Harrison. "Review: War and Expected-Utility Theory", *World Politics*, Vol. 36, No. 3. (Abril 1984), pp. 407-423.

Walt, Stephen M. *Taming American Power* (New York: Norton, 2005)